

LEI Nº 10.139, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023
DOE Nº 35.604, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023

Altera a Lei Nº 9.649, de 29 de junho de 2022,
que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias
para o exercício financeiro de 2023.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados na Lei Nº 9.649, de 29 de junho de 2022, o Anexo II – Metas Fiscais: Anexo de Metas Fiscais – Tabela 1 – Metas Anuais - DEMONSTRATIVO 1; Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores – DEMONSTRATIVO 3, na forma dos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 9 de novembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO II - METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO 1 –
METAS ANUAIS**

Os parâmetros adotados para estabelecer as metas anuais na LDO 2023 para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 tiveram como base a arrecadação projetada para 2022, estimada na série histórica de arrecadação de receitas de exercícios anteriores, bem como os indicadores macroeconômicos divulgados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA, em março de 2022.

O cenário de incertezas da economia poderá refletir, como consequência, nos indicadores fiscais do Setor Público, sendo que a expectativa de retomada do crescimento econômico deve retratar as tentativas de recuperação do Estado nos exercícios abordados na presente LDO. Todavia, mesmo diante do contexto apresentado, as metas fiscais da LDO 2023 ratificam o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, que contribui para o crescimento sustentado com inclusão social.

**A tabela a seguir apresenta as projeções dos indicadores para o período 2023/2025.
Projeções dos Indicadores Econômicos e Financeiros, para os anos de 2023 a 2025**

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	2023	2024	2025
IPCA	(%)	3,51	3,10	3,00
IGP-M	(%)	4,09	4,00	4,00
TR	(%)	0,57	0,583	0,53
Taxa Selic: (média do período)	(%)	8,43	7,41	7,20
TJLP	(%)	5,63	5,49	5,34
Taxa de Câmbio (média do período)	(R\$/US\$)	5,31	5,23	5,25
Salário Mínimo	R\$	1.307,00	1.390,00	1.452,00
PIB Pará ⁽¹⁾	(%)	3,17	3,38	3,40
PIB Pará	R\$ (mil)	239.216	254.487	270.368
PIB Brasil/PIB Brasil	(%)	1,50	2,00	2,00
	R\$ (milhão)	9.967.351	10.603.660	11.265.369

Fonte: TR, TJLP, Salário Mínimo e PIB Pará Fonte: FAPESPA.

IPCA, INPC, IGP-DI, IGP-M, Taxa Selic, Taxa de Câmbio e PIB Brasil Fonte: IBGE, Banco Central (Boletim Focus em 26/02/2021) e FMI (PIB Brasil - Valor corrente estimado em outubro de 2021).

Elaboração: FAPESPA.

RETIFICAÇÕES NAS RECEITAS, DESPESAS E SEUS REFLEXOS NO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.

Em relação ao texto original da LDO 2023, as alterações decorrentes da utilização do superávit orçamentário de 2022, (R\$ 2,59 bilhões até a data de 17.10.2023), para realização de despesas consideradas relevantes e extremamente necessárias para garantir a continuidade de políticas e ações públicas de investimentos nas áreas da Educação, Saúde, Infraestrutura e notadamente na Área Ambiental, em programas como o Amazônia Agora, Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis, Plano Estadual de Bioeconomia, Programa Regulariza Pará, Descarboniza Pará, Política Estadual de Mudanças Climáticas e em especial a COP -30. Além disso, a poupança feita no exercício passado permitiu minimizar o montante de Restos a Pagar registrado no exercício de 2022. O uso do superávit financeiro do exercício anterior, ingressa tão somente nas Despesas, enquanto que as alterações das Receitas são decorrentes do desempenho econômico, do esforço de arrecadação, e de mudanças de alíquotas, ocorridas no exercício da LDO em 2023.

Dito isto, e a realização de atualização dos cálculos das Receitas e Despesas, considerando o que já foi realizado no exercício de 2023, revelam que os valores das Receitas Total e Primária, Despesas Total e Primária, e a consequente apuração dos Resultados Primários e Nominais, pelo critério acima da linha, sem o RPPS, se alteraram em relação as projeções originais elaboradas para a LDO 2023, apresentada em abril de 2022.

Em relação aos resultados Primários e Nominais, previstos como positivos em 2022 (ano de elaboração da LDO 2023), devem registrar até o final do exercício de 2023 resultados negativos, em decorrência do uso do Superávit Financeiro Apurado no exercício de 2022. A Dívida Consolidada (DC) e Consolidada Líquida (DCL) diminuiram. Previstas inicialmente para 7,03 bilhões a DC reduziu para 5,64 bilhões, e a DCL projetada em 2022

para 1,23 bilhões negativos, passou a ser negativa em 1,29 bilhões. Sinalizando que embora os Resultados Primários e Nominais devam apresentar valores negativos o Serviço da Dívida Estadual diminui.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 – Metas Anuais
DEMONSTRATIVO 1

AMF – Demonstrativo 1 (LFR, art. 4º § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	38.438.076	37.134.650	16.066,3265	129,5032	33.857.932	31.726.302	13.304,3419	101,6587	35.814.941	32.582.623	13.246,69622	107,06062
Receitas Primárias (I)	34.001.914	32.848.917	14.213,8712	114,5571	32.172.478	30.146.961	12.642,0490	96,5981	34.445.716	31.336.971	12.740,26777	102,96763
Despesa Total	38.244.627	36.947.761	15.987,4587	128,8514	33.857.932	31.726.302	13.304,3419	101,6587	35.814.941	32.582.623	13.246,69622	107,06062
Despesas Primárias (II)	30.276.956	36.978.993	16.000,9732	128,9603	32.170.052	30.144.687	12.641,0958	96,5909	34.194.266	31.108.215	12.647,26519	102,21598
Resultado Primário III=(I-II)	(4.275.042)	(4.130.076)	(1.787,1021)	(14,4032)	2.426	2.273	0,9533	0,0073	251.450	228.757	93,00258	0,75165
Resultado Nominal	(4.109.088)	(3.969.750)	(1.717,7281)	(13,8441)	173.524	162.600	68,1858	0,5210	427.681	389.083	158,18445	1,27846
Dívida Pública Consolidada	5.637.915	5.446.735	2.356,8262	18,9949	7.371.066	6.906.998	2.896,4317	22,1317	7.389.915	6.722.971	2.733,27160	22,09047
Dívida Consolidada Líquida	(1.286.291)	(1.242.673)	(537,7101)	(4,3337)	1.391.605	1.303.993	546,8259	4,1783	1.231.070	1.119.966	455,32992	3,68000

FONTE: SEPLAD/SEFA/CFIS

Nota: - Valores constantes a preços do IPCA do respectivo ano, projetado pela Fapespa, bem como a evolução do PIB - Pará.

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram excluídas da base de cálculo, para efeito de apuração do Resultado Primário.

O Resultado Nominal, esta de acordo como a metodologia apresentada no MDF 12º ed., onde o resultado positivo, significa que haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, em conformidade com a metodologia definida pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição.

Valores para 2023 projetados com base na execução de Janeiro a Setembro de 2023, sem RPPS

A Metodologia utilizada para calculo das projeções 2024 e 2025 teve com base, a despesa reprogramada de 2022 e projetada para 2023 no período de Janeiro a Março (base LDO)

A Metodologia Apresentada para Cálculo do Demonstrativo:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
Projeção do PIB Pará (R\$ Milhares)	239.216	254.488	270.369
IPCA (%)	3,51	3,10	3,00
Receita Corrente Líquida - RCL (R\$ Milhares)	29.681.183	31.208.633	33.452.956

O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

As metas fiscais fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios de 2023 a 2025, que integram o Quadro Demonstrativo 3, refletem a gestão fiscal eficiente do ano anterior (2022), a qual permitiu que, mesmo diante de um cenário de incerteza, devido principalmente a publicação da Lei Complementar nº 192/2022, não acarretassem reflexos significativos na projeção das metas fiscais para cada exercício.

Considerando, também, a forte crise econômica ocasionada pela Pandemia do Covid-19 em 2020 e 2021, as projeções para 2023 a 2025, denotam o resultado das ações de recuperação e desenvolvimento adotadas pelo Governo Estadual e as perspectivas de ajustes a serem seguidas em decorrência da LC nº 192/2022, visando um cenário de recuperação econômica e manutenção do equilíbrio fiscal, que tem sido observado em todos os exercícios analisados.

Na Dívida Pública se observa a manutenção do estímulo ao desenvolvimento do Estado, onde, mesmo com panorama econômico incerto e de flutuações nas taxas de câmbio, o Estado tem adotado novos empréstimos a cada exercício para manter os investimentos propostos, sem se apartar da capacidade de gerir eficazmente, o pagamento destas operações.

RETIFICAÇÕES NAS RECEITAS, DESPESAS E SEUS REFLEXOS NO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

As considerações feitas no Anexo II, Anexo de Metas Fiscais – Tabela 1, referente as Metas da LDO exercício de 2023, também alteram os valores das Receitas Total e Primária, Despesas Total e Primária, e a consequente apuração dos Resultados Primários e Nominais, pelo critério acima da linha, sem o RPPS, pelos motivos reportados no Anexo 1. Os valores atualizados, objetos da referida retificação, são também apresentados no Demonstrativo 3, considerando as mesmas projeções feitas no Demonstrativo 1.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores DEMONSTRATIVO 3

AMF – Demonstrativo 3 (LFR, art. 4º § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	26.270.185	27.943.723	6,37	30.399.239	8,79	38.438.076	26,44	33.857.932	(11,92)	35.814.941	5,78
Receitas Primárias (I)	24.536.249	26.172.699	6,67	29.116.996	11,25	34.001.914	16,78	32.172.478	(5,38)	34.445.716	7,07
Despesa Total	26.270.185	27.943.723	6,37	30.399.239	8,79	38.244.627	25,81	33.857.932	(11,47)	35.814.941	5,78
Despesas Primárias (II)	24.520.633	26.170.824	6,73	29.108.877	11,23	38.276.956	31,50	32.170.052	(15,95)	34.194.266	6,29
Resultado Primário (III)=(I-II)	15.616	1.875	(87,99)	8.118	332,96	(4.275.042)	(52.758,51)	2.426	(100,06)	251.450	10264,90
Resultado Nominal	(585.045)	(1.625.256)	177,80	(348.562)	(78,55)	(4.109.088)	1.078,87	173.524	(104,22)	427.681	146,47
Dívida Pública Consolidada	5.003.141	7.168.245	43,27	7.385.959	3,04	5.637.915	(23,67)	7.371.066	30,74	7.389.915	0,26
Dívida Consolidada Líquida	2.394.391	4.295.710	79,41	4.751.792	10,62	(1.286.291)	(127,07)	1.391.605	(208,19)	1.231.070	(11,54)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	28.160.311	28.921.753	2,70	30.399.239	5,11	37.134.650	22,16	31.726.302	(14,56)	32.582.623	2,70
Receitas Primárias (I)	26.301.620	27.088.743	2,99	29.116.996	7,49	32.848.917	12,82	30.146.961	(8,23)	31.336.971	3,95
Despesa Total	28.160.311	28.921.753	2,70	30.399.239	5,11	36.947.761	21,54	31.726.302	(14,13)	32.582.623	2,70
Despesas Primárias (II)	26.284.880	27.086.802	3,05	29.108.877	7,47	36.978.993	27,04	30.144.687	(18,48)	31.108.215	3,20
Resultado Primário (III)=(I-II)	16.740	1.941	(88,41)	8.118	318,32	(4.130.076)	(50.972,87)	2.273	(100,06)	228.757	9963,01
Resultado Nominal	(627.139)	(1.682.140)	168,22	(348.562)	(79,28)	(3.969.750)	1.038,89	162.600	(104,10)	389.083	139,29
Dívida Pública Consolidada	5.363.115	7.419.134	38,34	7.385.959	(0,45)	5.446.735	(26,26)	6.906.998	26,81	6.722.971	(2,66)
Dívida Consolidada Líquida	2.566.667	4.446.060	73,22	4.751.792	6,88	(1.242.673)	(126,15)	1.303.993	(204,93)	1.119.966	(14,11)

Fonte: SEPLAD/SEFA-CFIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2020	2021	2022	2023	2024	2025
4,00	3,57	3,50	3,51	3,10	3,00

*Inflação média (% anual) projetada com base no IPCA, informado pela FAPESPA

Nota: Valores a Preços Correntes - 2020 à 2022 valores fixados nas LDOs dos referidos exercícios.

- 2023 a 2025 projeções SEPLAD/SEFA

Valores a Preços Constantes - Base 2022=100

- 2020 e 2021 conforme IPCA realizado

- 2023 - 3,51% a.a, 2024 - 3,10% a.a e 2025 - 3,00% a.a.

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram excluídas da base de cálculo, para efeito de apuração do Resultado Primário. O Resultado Nominal, está sendo apurado de acordo com a metodologia onde resultado positivo, significa que haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, em conformidade com a metodologia definida pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição.

A Metodologia de Cálculo do Resultado Nominal, considera a diferença dos Juros (passivos e ativos) acrescidos ao Resultado Primário, em conformidade com o definido pelo STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição.